

<b>ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA</b>	<b>videoconferência</b>
<b>Assunto: 26ª - CGEE</b>	<b>Data: 26/04/2023</b>

**PARTICIPANTES:**

<b>NOME</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>	<b>E-MAIL</b>
Samira Sana Fernandes De Sousa Carmo	MME	<a href="mailto:samira.sousa@mme.gov.br">samira.sousa@mme.gov.br</a>
Gustavo Santos Masili	MME	<a href="mailto:gustavo.masili@mme.gov.br">gustavo.masili@mme.gov.br</a>
Paulo Luciano de Carvalho	Aneel	<a href="mailto:paulol@aneel.gov.br">paulol@aneel.gov.br</a>
Danielle Simões Guimaraes	CNI	<a href="mailto:danielle.guimaraes@cni.com.br">danielle.guimaraes@cni.com.br</a>
Juliana Tadeu	ENBPar	<a href="mailto:juliana.tadeu@enbpar.gov.br">juliana.tadeu@enbpar.gov.br</a>
Marcel da Costa Siqueira	ELETROBRAS	<a href="mailto:marcel@eletrobras.com">marcel@eletrobras.com</a>
Estefânia Neiva de Mello	ELETROBRAS	<a href="mailto:estefania.mello@eletrobras.com">estefania.mello@eletrobras.com</a>
William de Oliveira Medeiros	MME	<a href="mailto:william.medeiros@mme.gov.br">william.medeiros@mme.gov.br</a>
Alexandre Reis	ENBPar	<a href="mailto:alexandre.reis@enbpar.gov.br">alexandre.reis@enbpar.gov.br</a>
Jairo Coura	MCTI	<a href="mailto:jairo.coura@mctic.gov.br">jairo.coura@mctic.gov.br</a>
George Alves Soares	ENBPar	<a href="mailto:george.soares@enbpar.gov.br">george.soares@enbpar.gov.br</a>
Douglas Caldas da Silva	Aneel	<a href="mailto:douglassilva@aneel.gov.br">douglassilva@aneel.gov.br</a>
Juliana Borges de Lima	CNI	<a href="mailto:juliana.falcao@cni.com.br">juliana.falcao@cni.com.br</a>
Lindemberg Reis	Abradee	<a href="mailto:lreis@abradee.org.br">lreis@abradee.org.br</a>
Lucas Malheiros	Abradee	<a href="mailto:lucas@abradee.org.br">lucas@abradee.org.br</a>
Nathalia Akemi	MME	<a href="mailto:nathalia.rabelo@mme.gov.br">nathalia.rabelo@mme.gov.br</a>
Pedro Augusto de Menezes Filho	MME	<a href="mailto:Pedro.filho@mme.gov.br">Pedro.filho@mme.gov.br</a>

**PAUTA:**

- 1) Abertura;**
- 2) Andamento da transição do Procel para a ENBPar (15 min);**
- 3) Andamento dos projetos;**
- 4) Deliberações;**
- 5) Encerramento.**

**A reunião ocorreu por videoconferência utilizando a ferramenta Teams**

- 1. Abertura;**
- 2. Andamento da transição do Procel para a ENBPar;**

Sr. Marcel iniciou uma apresentação, expondo os passos da transição, sr. Marcel introduziu a todos da reunião o contrato entre Eletrobrás e ENBPar, definido pela resolução

203 da cppi, previsto na lei de capitalização, a lei 14.182. Há uma governança prevista dentro desse contrato, juntamente com mecanismos de gestão e acompanhamento da transição. O plano de transição é um desses instrumentos do contrato que está sendo discutido. No total, são 6 programas que estão em processo de transição.

Após isso, Sr. Marcel iniciou uma apresentação sobre o plano de transição do Procel. Dentro desse cronograma, já foi concluída a parte de planejamento conjunto para operacionalização da transferência das atividades, com a definição de representantes de cada empresa no comitê de transição e no grupo de trabalho do Procel, e também a implementação dos treinamentos.

Durante a apresentação, Sr. Marcel destacou os pontos em execução e os que estão prestes a serem concluídos, sendo eles: realização de aditivos dos instrumentos jurídicos, cessão de sistemas nativos de TI e a contratação de serviço de asseguarção contábil e financeira dos saldos da conta Procel.

Foi ressaltado que os aditivos dos instrumentos jurídicos estão em andamento, com dezenas de contratos, convênios e termos de cooperação técnica passando por revisão e sub-rogação de direitos e obrigações. Essa etapa é fundamental para a transferência de responsabilidades da Eletrobrás para a ENBPar.

Uma mudança de estratégia ocorreu em relação à transferência dos sistemas nativos de TI, levando à revisão do cronograma. A Eletronuclear entrou como interveniente nesse processo, fornecendo apoio e infraestrutura para absorver os sistemas. Embora não sejam muitos sistemas envolvidos, essa etapa é essencial para garantir a continuidade das operações do Procel.

Além disso, está em andamento a contratação dos serviços de asseguarção contábil e financeira dos saldos da conta Procel. Esse serviço, previsto no contrato de transferência, complementarará o fechamento das etapas e trará uma visão imparcial para a asseguarção dos valores envolvidos.

A próxima etapa prevê a realização de diálogos para discutir acordos de cooperação, tanto em nível nacional como internacional. O Ministério de Minas e Energia (MME) terá participação ativa nessas discussões, pois é o responsável pelos programas de governo.

Uma nova fase, denominada gestão assistida, foi incluída no cronograma para possibilitar a transferência de conhecimento e garantir uma transição suave. Nessa etapa, a equipe da ENBPar trabalhará em estreita colaboração com a equipe da Eletrobrás, com

interações presenciais no Rio de Janeiro. Essa proximidade permitirá a transferência de rotinas operacionais do Procel.

Outras etapas incluem a transferência das marcas registradas pelo Procel para a ENBPar e por fim, a transferência do saldo da conta bancária do Procel será realizada, garantindo a continuidade dos pagamentos e do fluxo de recursos.

Após isso, foi apresentado um slide que mostrava o progresso na transição, foram assinados 78 aditivos, 17 estão em processo de assinatura e 1 está pendente de ajustes. O aditivo pendente é referente a um contrato com o fundo garantidor de energia, com o BNDS. Sr. Marcel ressalta que será necessário discutir questões mais sensíveis ao BNDS, não sendo uma tarefa simples realizar esse aditamento, apesar disso, Sr. Marcel acredita que o processo esteja se convergindo para uma solução.

Sr. Marcel relata dificuldades com o processo de assinaturas, fato tem ocorrido com universidades e prefeituras, que possuem procedimentos específicos. Será necessária uma atuação mais presente para adiantar o processo de assinaturas, com atuação em municípios e gestão diferenciada.

Além do processo de transição, demandas e esclarecimentos aos agentes de mercado tem sido frequente, pois o programa é altamente demandado em várias áreas. Foi recebido mais de 200 propostas de chamadas de ideias para avaliação. A Eletrobrás irá apoiar a ENBPar na consolidação das propostas, para que seja possível dar sequência ao tramite previsto dentro da governança do Procel.

Sr. Marcel apresenta aos participantes uma etapa de consolidação de contas do 4º PAR, etapa esta que é prevista na lei e está passando por revisão antes de ser entregue ao ministério.

Ao final desta apresentação, Sr. Marcel divulga que o edital de licitação nº 011/2023 para contratação da asseguaração foi publicado. Pregão ocorreu em 18/04/2023. Foi levantada importância das reuniões com as áreas de comunicação e jurídica das empresas, visto que esse tipo de contratação necessita conhecimento específico, são contratações voltadas à publicidade e de eventos. De forma antecipada a Eletrobrás compartilhou experiência nesse modelo de contratação e pretende planejar novas reuniões para que se possa aprofundar o conhecimento da ENBPar nesses processos.

### **3. Andamento dos projetos;**

Pauta foi iniciada com a apresentação dos projetos e como a transição afetou as novas contratações. Sr. Marcel utilizou um slide com projetos para que os participantes pudessem ter uma visão geral dos projetos.

Nessa pauta, Sr. Marcel apresentou discussões jurídicas para viabilizar as novas contratações, pois a Eletrobrás agora precisa seguir o código civil ao invés da lei das estatais. É levantada a preocupação de como estabelecer um procedimento para que seja possível realizar as contratações sem ficar exposto a órgãos de controle, visto que a Eletrobrás tem a preocupação de fazer as contratações, porém esses instrumentos serão sub-rogados para uma empresa estatal, que é regida pela lei das estatais. Vários processos de contratação estão em fase final, com documentação disponível, porém, ainda é necessário percorrer o novo procedimento estabelecido. São envidados os melhores esforços para concluir as contratações dentro do prazo, de acordo com o pactuado previamente com a ENBPar. Caso isso não seja possível, é provável que os processos sejam contratados diretamente pela ENBPar, utilizando-se da documentação já definida. Está sendo fornecido suporte para tais contratações, com compartilhamento da documentação necessária.

Em seguida, Sr. Marcel apresentou os 104 projetos que estão em andamento, sendo eles 96 para sub-rogação, 3 em processo de cancelamento e 5 que serão concluídos até 17/05/2023. A Eletrobrás irá disponibilizar a documentação dos projetos que estão em execução durante o período de transição. Com relação aos instrumentos jurídicos, são 17 contratos administrativos de prestação de serviço; 1 contrato de serviço financeiro referente ao fundo garantidor com BNDS; 4 convênios de cooperação técnica; 82 termos de cooperação técnica, sendo 79 do Reluz e 3 NZEB. Destes projetos apenas 1 é do primeiro PAR, 8 do segundo PAR e 95 referentes ao terceiro PAR. A carteira de projetos em execução envolve o valor de 160 milhões de reais.

Logo em seguida, Sr. Marcel apresentou uma visão mais detalhada dos projetos do Reluz. O Reluz possui 3 parcelas de recursos que representam 30%, 50% e 20% respectivamente. Dos 79 termos, apenas 3 não tiveram a primeira parcela liberada, dois deles serão possivelmente cancelados devido ao baixo desempenho e o outro representa uma desistência, a segunda parcela foi liberada para 20 projetos. Sr. Marcel traz a informação sobre a licitação de luminárias led, que é uma etapa importante no projeto, esse marco é um forte indicador de que o projeto será bem-sucedido, dos 79 projetos 58 já realizaram a substituição, 20 estão em processo de licitação. Em seguida foi mostrado dados

das demais licitações, 57 dos 79 projetos já concluíram 100% das licitações, 22 deles já deram início às obras. Em seguida, Sr. Marcel, mostrou um gráfico com o período de vigência restante, onde a maioria dos projetos possuem entre 3 e 4 meses de vigência, isso mostra que é necessária uma gestão presente para que não ocorra atraso, foi ressaltado a possibilidade de ampliação de prazo para entrega.

Ao final desta pauta, foi exposto um quadro resumo dos dados financeiros PAR/PROCEL, o quadro possui descrição de cada PAR, com o orçamento, orçamento ajustado (valor efetivamente disponibilizado), valor empenhado, realizado, a realizar e o saldo em conta Procel referente a cada PAR. Sr. Marcel explicou que houve um aumento expressivo no valor empenhado no quarto par, porém não foi possível absorver todo o saldo disponível, contudo todos os projetos foram empenhados. Além disso foi explicado que os recursos ficam aplicados e o saldo em conta contém os rendimentos. Ao Final de cada ciclo de prestação de contas esse valor é devolvido à Aneel em forma de crédito, no atual ciclo, se espera uma devolução de 70 milhões, o saldo total da conta está em 738 milhões de reais.

#### **4. Deliberações:**

Marcel menciona que a proposta em questão já vinha sendo discutida em reuniões anteriores do comitê gestor, durante a elaboração das chamadas públicas do programa Reluz. Ele explica que existe um mecanismo para realocar saldos entre as chamadas e que essa prática já é adotada desde a segunda chamada. No entanto, ressalta que a decisão deve passar pela governança do programa.

Em relação ao cadastro de reserva, ele destaca que atualmente existem 73 propostas habilitadas que estão sujeitas ao cancelamento automático com o lançamento de um novo edital. Ele menciona a iminência da quarta chamada pública do Reluz e a necessidade de deliberação para atender a essas propostas.

Financeiramente, a proposta envolve o remanejamento de 56 milhões de reais da chamada do setor público para o Reluz. No entanto, a demanda dos 73 projetos em reserva totaliza 48 milhões de reais. Esses valores não consideram possíveis rendimentos que poderiam ser aplicados.

Portanto, a proposta é aprovar um aporte adicional de 48 milhões de reais provenientes do terceiro plano anual de aplicação de recursos, que já foram previamente empenhados. Foi destacada que a contratação dos projetos será feita diretamente pela empresa responsável,

com a possibilidade de suporte administrativo da Eletrobras, se necessário. Destacou-se também a importância de observar os prazos e condições estabelecidos no edital para a validade do cadastro de reserva. Ele citou trechos do edital que tratam desse ponto e reforça que a proposta está em conformidade com as disposições legais, respeitando a ordem de classificação final dos projetos habilitados e considerando a conveniência e disponibilidade de recursos financeiros.

Em seguida iniciou-se a deliberação do comitê gestor. Mas antes Samira agradece a Marcel e abre a palavra para aqueles que tiverem dúvidas a respeito dos temas. Gustavo Masilli aproveita a oportunidade e começa fazendo uma colocação sobre o programa "reluz" e o possível surgimento do PAC III, o Programa de Aceleração do Crescimento. Ele destaca a importância do programa "reluz" por trazer impactos relevantes e ações de eficiência energética para os municípios. Gustavo pergunta sobre o processo de classificação das propostas e como é feito o levantamento para determinar a posição de cada uma.

Marcel responde a Gustavo e explica que o processo de classificação envolve critérios de pontuação descritos no próprio edital. São cerca de 10 critérios ao todo, incluindo relação custo-benefício, redução de consumo, taxa interna de retorno e aplicação de tecnologias mais eficientes. Ele menciona que propostas com maior pontuação são mais bem posicionadas, e o critério de custo é considerado mais no sentido orçamentário. Além disso, propostas que oferecem uma contrapartida maior também recebem pontuação diferenciada, visando a alavancagem de investimentos. Marcel menciona ainda a disponibilização de treinamentos à distância e o benefício adicional para os proponentes que participaram desses treinamentos.

Em seguida Paulo Luciano de Carvalho (SPE) pede uma confirmação acerca dos valores envolvidos (48 milhões de Reais), valor confirmado por Marcel que ainda complementa ao ressaltar que além das novas prefeituras, também existem projetos de consórcios envolvidos, totalizando 73 projetos propostos. Marcel também menciona que ainda há previsão de empenho de recursos para uma próxima chamada. Após os esclarecimentos Paulo aprova o remanejamento de recursos para o programa.

Samira passou a palavra para George, que expressou sua dúvida em relação a como os projetos alterados podem impactar a avaliação e a validade das propostas. Ele levantou a questão sobre como lidar com essas modificações e se elas devem ser consideradas na análise dos projetos. Marcel, por sua vez, mencionou o processo de revalidação das

propostas, destacando a importância de garantir que elas estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos na chamada pública. Isso implica que as propostas podem passar por um processo de verificação e validação antes de serem selecionadas ou incluídas no cadastro reserva. Essa revalidação é crucial para manter a integridade do processo e assegurar que apenas projetos adequados sejam considerados para receber financiamento ou outras formas de apoio.

Outro ponto destacado por Marcel na discussão foi a demanda das prefeituras e a pressão para movimentar o cadastro reserva ou abrir uma nova chamada pública. George ressaltou que as prefeituras estão ansiosas por uma resposta sobre a inclusão de seus projetos no cadastro reserva e tem dúvidas se abrirem a próxima chamada pública para o quarto PAR não iria intervir nesses casos. Porém, Marcel enfatizou que a decisão de acolher ou não os municípios no cadastro reserva é uma decisão pública, que deve ser tomada com base em critérios objetivos e de forma transparente. Além disso, ele esclareceu que a decisão em relação ao cadastro reserva não afetará a próxima chamada pública, o que significa que as prefeituras ainda terão a oportunidade de submeter novos projetos no futuro.

A preocupação levantada por George em relação à análise de projetos modificados também foi mencionada novamente. Ele questionou como essas modificações seriam avaliadas e como isso poderia impactar o processo de seleção e a distribuição dos recursos. Essa questão reforça a importância de estabelecer critérios claros para avaliar as modificações e garantir que todas as propostas sejam avaliadas de forma justa e imparcial. Ainda sobre o assunto Juliana Tadeu comenta sobre a preocupação em relação ao planejamento e execução dos projetos. Ela destaca que estão em um momento de transição e que é importante buscar alternativas para atender às expectativas da chamada pública. Juliana menciona a importância do planejamento e sugere que seja buscada uma solução em conjunto.

Em seguida, Lucas Malheiros pergunta sobre a disponibilidade de recursos para atender aos projetos em questão. Marcelo confirma que há uma disponibilidade de 56,4 milhões de reais e esclarece que esses recursos serão retirados da disponibilidade de chamadas anteriores.

Lucas segue com sua segunda pergunta, questionando sobre a destinação dos 56 milhões de reais caso não sejam utilizados nesta chamada específica. Marcelo explica que os recursos não utilizados no âmbito do programa serão devolvidos e reinvestidos nas

distribuidoras de energia elétrica, reduzindo os valores a serem pagos por elas em futuros recolhimentos.

Lucas também questiona se há algum conflito jurídico na transposição dos recursos pela Eletrobrás com a autorização do CGEE, sendo que a contratação será feita pela ENBPar, mas a operação pela Eletrobrás. Marcelo responde que, de fato, quando o edital foi elaborado, a figura da capitalização ainda não existia, mas agora a ENBPar assumirá a execução do programa conforme previsto na lei.

Em seguida Samira segue com a reunião e ressalta a importância do programa Reluz e argumenta que adiar o lançamento da quarta chamada não prejudicaria o atendimento das propostas, mas permitiria ampliar o alcance para outros municípios. Samira destaca a inserção do Reluz no novo PAC como uma oportunidade para demonstrar a importância do programa Procel e obter apoio do governo. George concorda com a opinião de Samira e enfatiza a necessidade de um planejamento consciente do CGEE em relação aos encadeamentos e prazos das contratações. Ele destaca que ter tempo para licitar um site novo é importante para tomar as decisões adequadas.

Por fim com todas as dúvidas respondidas a deliberação para a aprovação do aporte adicional (R\$ 48.490.259,80) do 3º PAR Procel para implementação de 73 projetos habilitados em chamada pública. Samira propôs que todos pudessem registrar sua aprovação no chat da reunião. Os votos estão registrados abaixo:

- Paulo Luciano, da Aneel, já havia aprovado;
- Juliana Borges, CNI, aprovou;
- Gustavo que em nome da suplência da presidência, considerando as informações apresentadas, ele também aprovava;
- Samira, como segunda representante do Ministério de Minas e Energia, expressou seu voto favorável;
- Marcel, representando a Eletrobras, informou que também estava aprovando a proposta;
- Lucas Malheiros mencionou que não conseguia acessar o chat, mas que considerasse seu voto aprovado.
- Jairo Coura, informou que o representante oficial não estava presente, no entanto era favorável, logo ele assumiria a aprovação.

O voto do MCTI não foi contabilizado devido à ausência do representante oficial.

## **5. ENCERRAMENTO**

A sra. Samira Sana agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.